

13.9.1963

O ENSINO SUPERIOR NO ULTRAMAR POR-
TUGUÊS. CONFERÊNCIA

... ..
... ..

Analise as linhas mestras sobre as quais se devem edificar estas Escolas Superiores do Ultramar. Primeiro que tudo, o estabelecimento de Escolas Universitárias em Angola e Moçambique integra-se num programa de ensino que deverá ser tão completo quanto possível. Bem sabemos as pesadas incidências que as circunstâncias da conjuntura internacional têm nos orçamentos das Províncias Ultramarinas mas são essas mesmas circunstâncias que determinaram já os sacrifícios necessários ao não adiamento do projecto relativo à sua instituição imediata.

O Senhor Ministro do Ultramar, aqui presente, e eu bem sabemos quão grandes foram esses sacrifícios. Mas podíamos esquecer que inúmeros países estrangeiros estão dispostos a atrair às suas Universidades o maior número possível de portugueses de Angola e de Moçambique.

Eduquemo-los nós para que restem portugueses com formação portuguesa.

O segundo ponto a ter em conta é que o Ensino Superior nas Províncias Ultramarinas deve realizar-se em estreita associação com as Universidades metropolitanas, as quais devem assegurar ao Ensino Superior no Ultramar uma total dignidade.

Mas se uma condição indispensável é a de que o ensino seja ministrado por professores com larga experiência, a sua execução depara com o grave problema da falta de professores nas Universidades metropolitanas. Por essa razão, ainda me sinto mais profundamente reconhecido às Universidades Clássicas de Lisboa, Porto e Coimbra e à Universidade Técnica de Lisboa pela alta compreensão com que encararam este problema, oferecendo aos Estudos Gerais Universitários de Moçambique, dentro das suas possibilidades, uma perfeita colaboração que se traduz neste primeiro ano em 14 professores e assistentes

da Universidade de Coimbra, 5 da Universidade de Lisboa e 2 da Universidade do Porto. Juntam-se ainda, entre outros, 2 incumbidos de regência e 4 assistentes de Moçambique.

Ao pensar que nos primeiros anos se devem deslocar professores em Comissão de serviço das Universidades metropolitanas, julgo no entanto e como complemento necessário, que se deve estruturar imediatamente um plano de formação do pessoal docente de modo a que as Universidades se tornem nos viveiros de cientistas, por que todos ansiamos.

Tenho a certeza de que os Ministérios do Ultramar e da Educação Nacional e os Governos das Províncias Ultramarinas darão um forte apoio a um plano dessa natureza e espero que o Instituto de Alta Cultura e a Fundação Gulbenkian e empresas privadas ajudarão a executá-lo, porque dele depende em grande parte o futuro dos Estudos Gerais Universitários do Ultramar Português, e conseqüentemente uma fonte poderosa de formação de técnicos necessários ao desenvolvimento das nossas Províncias Ultramarinas.

Os Estudos Gerais de Moçambique estão, como acabámos de ver, integrados na Universidade Portuguesa.

De acordo com este princípio, concluiu-se o que uma vez já disse, que embora se deva atender aos interesses, às virtudes e até aos defeitos locais — pedras básicas sobre as quais se vão edificar os Estudos Universitários — estes, para melhor servirem os interesses de Moçambique e da Nação, devem libertar-se tanto quanto possível de particularismos locais.

A Universidade deve ser independente para que possa, apesar de condicionalismos de vária ordem, melhor servir a Nação.

Os Estudos Universitários poderão contar com os que neles vejam a realização de sonhos idealistas e não o modo oportuno de satisfazer ambições pessoais. Poderá haver quem verificando as sérias dificuldades que atravessam as Universidades Metropolitanas, no que diz respeito ao recrutamento de professores e técnicos, pense que essas mesmas dificuldades lhes facilitem a solução do seu problema pessoal. Outros pensarão que os Estudos Gerais hão-de servir os interesses de metropolitanos inexperientes ou de 2.^a categoria, que se veriam promovidos com rapidez a cargos de professores. Não será assim enquanto eu for Reitor. Eis mais uma razão para se defender a condição indispensável ao funcionamento dos primeiros anos dos Estudos Universitários de Moçambique: a de que o ensino seja ministrado por professores de prestígio intelectual firmado na Metrópole.

O que as Universidades metropolitanas oferecerem ao Ultramar neste difícil momento da vida nacional, mesmo com grande sacrifício, servirá apenas para as prestigiar, a elas próprias e à Universidade Portuguesa. Tal facto permitirá também ajuizar mais seguramente do valor dos técnicos e cientistas já existentes na Província e que poderão dar uma útil colaboração.

E como já tive ocasião de afirmar por várias vezes, a seriedade, a honestidade do ensino e o aproveitamento dos melhores valores, em concursos abertos a todos da Metrópole ou das Províncias Ultramarinas, são fundamentos intransigentes do recrutamento de professores.

Após as visitas realizadas a Moçambique, fiquei com a convicção de que há na Província, técnicos e cientistas que serão capazes de ingressar nos quadros do professorado universitário, mas só depois de se terem sujeitado às provas normais.

Não nos devemos esquecer que o meio Moçambicano, sequioso de cultura científica, estabelecerá a todo o momento comparação com os estudos Universitários da África do Sul. Devemos pois realizar tudo para não sairmos diminuídos do confronto. Por isso, a precipitação incauta poderá lançar esta bela obra no abismo profundo do descrédito.

É pois inteiramente louvável que o nível científico dos Estudos Universitários seja idêntico, ou melhor, se possível, ao das Universidades metropolitanas.

E isso vimos que só se consegue através dum recrutamento adequado de professores e da montagem de laboratórios e bibliotecas com os quais se possa professar nesta 1.^a fase um ensino eficiente das ciências experimentais.

Os laboratórios das disciplinas do 1.^o ano dos Estudos Gerais de Moçambique ficarão apetrechados com o equipamento científico mais moderno, incomparavelmente superior aos das Universidades metropolitanas, e obedecendo às regras basilares e fundamentais do Ensino das Ciências experimentais, tal como é ministrado nos países da técnica mais avançada.

Digo-o com sinceridade: muito desejaria ter em Coimbra algum equipamento que é já uma realidade em Lourenço Marques.

Encontrámos em Moçambique muitas individualidades que se têm debruçado cuidadosamente sobre problemas de ensino. Mas se é certo que muitos já pensaram nas linhas gerais duma estrutura universitária, o problema põe-se-nos com tal grandeza que só a colaboração franca e leal entre todos os de boa vontade poderá assegurar o êxito deste empreendimento.

A Sociedade de Estudos, organismo prestigioso da Província, tentou elaborar, baseada em dados precisos estatísticos de natureza cultural, técnica, científica e económica, um estudo dos problemas de instalação de uma Universidade em Moçambique, não o tendo concluído infelizmente. Encontrámos pois em certos sectores um meio consciente e com sincero desejo de prestar a sua colaboração. Foi-nos grato verificar que a prioridade estabelecida para os cursos universitários de Agronomia, Medicina, Engenharia e Medicina Veterinária, coincide com os gerais desejos da Província.

O curso de Pedagogias, que resolve problemas humanos, foi também encarado com simpatia. Não deixou porém de ser focado por muitas individualidades da Província, com as quais concordamos, a necessidade da criação de cursos relativos à formação de professores do ensino médio, cursos das Faculdades de Ciências, e de Históricas da Faculdade de Letras e de cursos de economia e de administração pública e de empresas privadas. Eu penso que o êxito futuro dos Estudos Gerais dependerá em grande parte da formação de professores para o ensino secundário e técnico. É um problema que conjuntamente se deve estudar cuidadosamente e o mais breve possível.

Nunca nos pareceu conveniente e confesso ser-nos difícil emitir uma opinião ajustada sobre o local próprio para os Estudos Universitários.

Dada porém a urgência da sua instalação, a atitude por nós tomada foi a de que, nesta primeira fase, se devia resumir à procura das condições científicas mínimas necessárias à instalação dos cursos. Não pode oferecer dúvidas a ninguém, que devendo concentrar-se todos os cursos numa cidade a fim de não complicar o já difícil problema de recrutamento de professores, é Lourenço Marques, neste momento, a única cidade que reúne as condições requeridas. Tal solução provisória não é de modo algum incompatível com qualquer outra definitiva a qual exigirá a construção de uma cidade universitária. Dado que estão em projecto várias construções de Institutos Científicos e Laboratórios e se prevê a transferência de outros, vai sem dúvida elaborar-se um plano de conjunto que venha a servir os interesses futuros dos Estudos Gerais Universitários e dos Institutos locais.

Em instalações, em equipamento e no funcionamento do próximo trimestre o Governo da Província despense a verba de 60 000 contos.

O problema da reestruturação do Ensino Superior conduz-nos a um outro. Mas então não seria melhor iniciar os Estudos Universitários após a publicação dessa Reforma, que defendo com tanto entusiasmo?

Sem negar que seria preferível, se daí não trouxesse atraso no início dos Estudos Universitários, devo notar que :

O primeiro ano não está largamente dependente da Reforma do Ensino Superior, que considero de vital importância para a estruturação futura das Universidades portuguesas.

Por outro lado, a não publicação da Reforma não significa que se não possa melhorar desde já o ensino. É que ele depende e muito dessa pedra base sem a qual, sejam quais forem as reformas, não pode haver elevação de nível e de eficiência no ensino universitário : o professor.

Vou ilustrar este ponto com as respostas que dei a duas perguntas que a Imprensa de Moçambique me formulou numa minha visita a Lourenço Marques.

Dizia então : «Vão pois nascer novas instituições universitárias. Como Reitor dos Estudos Gerais de Moçambique não posso deixar desde já de manifestar um dos seus maiores anseios.

O reconhecimento por parte de entidades da maior idoneidade da urgência de uma Reforma do ensino universitário, as gravíssimas repercussões no domínio técnico e científico da actual estrutura, a adopção do princípio de igualdade de nível científico nos cursos universitários de todas as escolas do Ensino Superior, criaram responsabilidades que não é lícito ignorar. A Reforma do Ensino Superior através do estabelecimento, sempre que possível, de vários graus que satisfaçam as múltiplas exigências nacionais, permitirá a melhoria do nível cultural e científico e contribuirá para um aumento sensível do número de técnicos e cientistas.

Nas Universidades metropolitanas existe hoje um clima entusiástico e sequioso de renovação, que seria altamente benéfico aproveitar. A Universidade sente que nalguns domínios a Ciência ultrapassou planos de estudo em vigor, noutros deu conta de que não correspondem às necessidades mais imperiosas do desenvolvimento económico e industrial do País. Uma Reforma do Ensino Superior corajosa, realista, sensata e inteligente constitui hoje um forte anseio da Universidade portuguesa. E nada é mais nocivo para uma instituição, mormente uma Universidade, do que sentir que não corresponde aos legítimos anseios nacionais, nada mais amargo do que ver-se criticada impiedosamente sem poder remediar o que ela própria sente que não está bem.

O meu grande desejo, um dos maiores desejos da minha vida de universitário, é o de que as Universidades ultramarinas possam

cumprir eficazmente a alta missão para que efectivamente foram criadas.

Tenho, porém, uma segura esperança. Com efeito a Reforma das Faculdades de Ciências — que não pode ignorar as necessidades do Ultramar — deve ser ainda este ano escolar uma realidade. Eu sei que o Senhor Ministro da Educação Nacional providenciou no sentido de que a Comissão retome imediatamente os seus trabalhos. O Ultramar espera ansioso pelas novas Faculdades de Ciências.

E espero também que a Reforma do Ensino Superior se efectue o mais breve possível.

Ouso pois esperar uma rápida solução deste problema a bem dos Estudos Gerais de Moçambique, a bem do Ensino e do Progresso da Nação Portuguesa.

A satisfação deste anseio servirá para projectar com maior intensidade o espírito lusíada nas terras portuguesas de África.»

Não podemos esquecer-nos de que na estrutura de uma Reforma do Ensino se deve atender a factores que determinam o êxito da sua aplicação prática e nos afastam de planos ideais que podem ser atingidos por fases sucessivas devidamente planeadas. Na sua elaboração devem estudar-se cuidadosamente as possibilidades actuais, e as existentes num futuro próximo, no domínio humano e de instalações e equipamento científico, factores que são determinantes fundamentais de execução real e efectiva dos planos de estudos das diferentes licenciaturas e dos planos de investigação dos institutos universitários. E, como não pode conceber-se doutro modo, é preciso ter bem presente as necessidades do País no Ensino, na Cultura, na Investigação e na Técnica.

Embora em escalas normalmente de outra ordem de grandeza da nossa, quer em número quer no estado de desenvolvimento científico de que se parte, o problema de formação intensiva de cientistas e técnicos preocupou e continua a preocupar os países mais avançados. Assim acontece desde o fim da última guerra mundial.

Em Inglaterra, logo em 1945, foi nomeado o «Barloco Committee» para estudar as medidas educativas especiais que era necessário introduzir para aumentar a «mão-de-obra científica». Este Comité, entre outras medidas, recomendou imediatamente que devia ser duplicado, o mais breve possível, o número de licenciados universitários que completavam anualmente os seus cursos e que para se atingir tal objectivo o Tesouro deveria assegurar a necessária assistência às Escolas Superiores inglesas. As Universidades da Grã-Bretanha conseguiram, em quatro anos, realizar este propósito e apesar das inúmeras dificul-

dades que tiveram de vencer não houve diminuição de nível científico. Estudos sucessivos que foram já realizados prevêem medidas até 1970, tendo em vista que nas actividades económicas e industriais de hoje a percentagem de cientistas e técnicos necessários ao seu desenvolvimento em relação à «mão-de-obra total» vem aumentando progressivamente. Este exemplo não é único e estende-se a inúmeros países que resolveram encarar com decisão este problema.

Decorre o ano de 1963 e mais do que nunca por razões óbvias para todos os portugueses é necessário realizar um supremo esforço no domínio da educação. Do que fizermos nos próximos anos e, infelizmente, do não fazermos, dependerá a nossa sobrevivência económica na Europa e cultural e económica em África.

Mais significa do que acabo de dizer que a estrutura do nosso Ensino Superior esteja adequada às realidades do nosso tempo na Metrópole e no Ultramar?

Poderá garantir-se assim uma infraestrutura de cientistas e técnicos capazes de, em número e qualidades suficientes, promoverem o desenvolvimento económico que todos desejamos?

A minha posição neste domínio é bem conhecida e tenho sido bem claro. Estou convencido que o futuro dos Estudos Universitários estão largamente dependentes da Reforma do Ensino Superior.

Uma reforma nacional que estabeleça nos seus planos de estudo vários graus que possam satisfazer as múltiplas exigências do País, uma reforma que estabeleça planos de estudo actualizados que permitam viver o estado da Ciência nos tempos de hoje, uma Reforma realista que corresponda às necessidades mais imperiosas do mundo português, uma Reforma que dê plena satisfação ao mais forte anseio da Universidade Portuguesa: poder viver activamente para o Portugal de hoje e de amanhã, profundamente enraizada no Portugal de ontem.

Em relação aos programas dos cursos, devo esclarecer que não há programas da Metrópole, no sentido de que os programas sejam exactamente iguais em Lisboa, Porto e Coimbra. Nas cadeiras que tenho ensinado nunca me foi imposto qualquer programa e tenho sempre planeado as minhas lições em função do estado da Ciência, do interesse das matérias para o futuro profissional do estudante e da sua capacidade de absorção.

Um professor, um verdadeiro professor, anseia por melhorar e actualizar continuamente o seu Ensino, por estruturar os programas de modo a elevar, o mais possível, o nível científico dos seus cursos, condicionado evidentemente pelo grau de formação cultural e científica dos

alunos a quem ministra as lições. Um professor que se dedica totalmente à sua missão, a de ensinar e investigar, é ainda o responsável pela técnica e métodos de ensino que utiliza nas aulas práticas e teórico-práticas de modo a ilustrar e dar realidade e vida aos conhecimentos que expôs com a maior clareza, nas aulas teóricas.

Resulta do que disse a necessidade de laboratórios bem equipados e de um quadro de pessoal docente e técnico adequado para que o aluno tenha possibilidades de realizar efectivamente por si as experiências laboratoriais, de resolver as dificuldades que lhe aparecem, ao mesmo tempo que os professores lhe facultam uma assistência permanente.

Em relação às condições especiais do meio, no domínio do Ensino Superior, devo notar que nos Cursos Universitários existem cadeiras que são independentes do meio, e que, em termos gerais, correspondem às de formação básica do estudante universitário. Nelas o aluno apreende os conhecimentos fundamentais necessários para resolver problemas de natureza prática e que são independentes da situação geográfica da Universidade. É o que acontece na Matemática, na Física, na Química e na Biologia Puras. Não quer isto dizer que, neste último domínio — por exemplo — não se utilizem elementos locais para exemplificação dos conhecimentos básicos.

Em cadeiras de especialização deve existir uma forte relação com as actividades e problemas locais, sem que haja qualquer prejuízo para a universalidade da Ciência e havendo grande utilidade para o meio que envolve a Universidade.

Uma outra pergunta que muitas vezes se formula é a seguinte :

Os Estudos Gerais estabelecerão relações com os Institutos de Investigação Científica e vão recrutar professores nesses Institutos?

Vou emitir uma opinião pessoal. O meu desejo, o desejo do Reitor dos Estudos Gerais, é que tenha um mínimo de preocupações de natureza administrativa. Penso porém que haveria grandes vantagens para os Estudos Gerais e para os Institutos e Laboratórios de investigação efectivar integrações de natureza científica. Na realidade, deve aproveitar-se ao máximo as possibilidades dos professores universitários e conceder-lhes as maiores facilidades, para que a Universidade possa corresponder a uma das suas finalidades fundamentais : a investigação científica. Neste domínio a Universidade, sem alhear-se das necessidades locais, deve ter poder de decisão. É que a era do empirismo económico-industrial há muito que foi ultrapassada e sucedeu-lhe uma era de planeamento científico-industrial mais fecundo.

Seria também imensamente vantajoso estabelecer ligações mais íntimas entre os assistentes e investigadores dos diferentes laboratórios e organismos científicos e os assistentes e professores dos Estudos Gerais, podendo até aqueles estarem em condições de desempenharem funções docentes. Mas para que essa interpenetração tenha qualquer viabilidade é necessário estabelecer nivelamento científico através de uma rigorosa selecção do pessoal que se dedica ao ensino e à investigação. É que isto de investigar é um problema muito sério...

Tenho sido acusado de demasiado exigente. Talvez, mas eu gostaria de ver estabelecido em Moçambique o mesmo que já está em Inglaterra, França, Alemanha, América e tantos outros. E também o que se tenta estabelecer na vizinha África do Sul. Assim, penso que os melhores alunos, após terminada a sua licenciatura, candidatos a doutoramento, devem lançar-se num trabalho de investigação orientados por um professor ou especialista de alto nível. Esse trabalho deve realizar-se na sua Universidade, ou noutra, portuguesa ou estrangeira de renome internacional, ou em qualquer Instituto de reconhecido mérito. O candidato elabora uma tese de valor, para poder ser admitido, onde deve revelar qualidades de inteligência e trabalho, capacidade de iniciativa, e imaginação criadora. É que investigar implica criar, e não deve confundir-se com outro aspecto de utilidade incontestável, que é o da aplicação de métodos de rotina. Investigar implica descobrir métodos novos de resolução de problemas teóricos e experimentais.

O «curriculum vitae» científico e pedagógico deve desempenhar daí em diante o papel primordial na carreira de professor ou de investigador.

Era assim que eu gostaria que fosse, é assim nos países mais avançados cientificamente. Pode, no entanto, haver ideias melhores. O que o Reitor dos Estudos Gerais nunca proporá são arbitrariedades, concessão de favores que comprometem quem os concede e vexam quem os aceita. É que eu acredito que os melhores devem ocupar os melhores lugares.

O processo de recrutamento que indiquei é o processo normal, o que não quer dizer que não haja casos de excepção, os quais compete resolver aos Conselhos Escolares. Por serem de excepção são, naturalmente, em menor número.

Notaram meus Senhores desde já a existência de numerosos problemas que as minhas palavras não esconderam.

Mas uma Universidade é e deverá ser sempre um viveiro constante de problemas novos, nem de outro modo se podia entender.

O que se lhe deve sempre exigir, a todas e portanto aos Estudos Gerais Universitários de Moçambique, é que sejam uma instituição plena de vida, a formar portugueses ao serviço dum Portugal melhor, dum Portugal europeu e africano.

III

8.11.1963

DISCURSO PROFERIDO NA SESSÃO SOLE-
NE DE ABERTURA DO ANO ESCOLAR DOS
ESTUDOS GERAIS UNIVERSITÁRIOS DE
MOÇAMBIQUE